



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRO REITORIA DE EDUCAÇÃO A DISTANCIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO -
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INTERDISCIPLINARES**

MARIA DAS GRAÇAS SILVA PESSOA

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

**JOÃO PESSOA – PB
2014**

MARIA DAS GRAÇAS SILVA PESSOA

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Orientadora: Regina Celly Nogueira da Silva

**JOÃO PESSOA - PB
2014**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

P475p Pessoa, Maria das Graças Silva
O processo de alfabetização na educação infantil [manuscrito]
/ Maria das Graças Silva Pessoa. - 2015.
38 p.

Digitado.

Monografia (Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares EAD) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Ensino Médio, Técnico e Educação à Distância, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Regina Celly Nogueira da Silva, PROEAD".

1.Educação Infantil. 2.Alfabetização. 3.Escola. I. Título.

21. ed. CDD 372.24

MARIA DAS GRAÇAS SILVA PESSOA

4

O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Monografia apresentada ao curso de Especialização Fundamentos da Educação: Práticas Pedagógicas Interdisciplinares da Universidade Estadual da Paraíba, em Convênio com a Escola de Serviço Público do Estado da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de especialista.

Aprovada em: 17/05/2014.



Prof.^a Ms. Regina Celly Nogueira da Silva
Orientadora



Prof.^a Ms. Maria José Candido Barbosa



Prof.^a Verônica Pessoa da Silva

JOÃO PESSOA – PB
2014

ÀDEUS, supremo arquiteto do Universo e aos meus pais: Maria de Lourdes e Manoel Vicente (*In Memoriam*).

DEDICO!

Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

A **Deus** Pai, por conceder-me o dom da vida, sabedoria e perseverança para alcançar esta vitória.

Aos meus filhos: Bruno, Jéssica e Jaynne, que acreditaram no meu potencial e sempre me incentivaram na busca desta conquista.

Ao meu esposo Luís que soube ser paciente comigo nos momentos difíceis.

Aos meus genitores: Maria de Lourdes e Manoel Vicente (*In Memoriam*), que com carinho, amor e dedicação me fizeram compreender que o mundo só será melhor se fizermos do nosso dia a dia uma prática constante do bem que recebemos. A vocês o meu eterno agradecimento.

A minha orientadora prof^a. Regina Celly, pela orientação cômico e dedicada, pelos ensinamentos e incentivos na elaboração desta monografia.

A professora Luziana Cristina, pelos seus préstimos, contribuições e apoio, colocando-se sempre à disposição durante a elaboração desta monografia. Muito obrigada.

À turma do curso de Pós-Graduação em Fundamentos da Educação- Práticas Pedagógicas Interdisciplinar, pela colaboração e cumplicidade.

Aos professores e professoras que passaram e deixaram sua grande contribuição.

As colegas Josefa e Luana pelo empréstimos de livros, incentivo e por todas as contribuições, estando sempre prontas a ajudar.

A Todos aqueles que, com abnegação, prestaram-me valiosas sugestões, esclarecimentos e dissipação de dúvidas.

Às pessoas que buscaram ajudar, minha eterna gratidão. Aos que trouxeram obstáculos sou também grata, pois dificuldades são para serem vencidas, e eis aqui mais uma grande conquista.

RESUMO

Esse estudo busca refletir sobre o processo de alfabetização na Educação Infantil. A presente pesquisa realizou-se metodologicamente pelo exame de referências bibliográficas, almejando a compreensão do tema em estudo, considerando que os materiais científicos fornecem informações para um embasamento teórico, beneficiando a aquisição de conhecimentos mais abrangentes e possibilitando, também acesso a um maior número possível de informações sobre o tema abordado. O conjunto dessa reflexão contribui para um conhecimento mais aprofundado sobre o papel e o processo de alfabetização na educação infantil. Aqui são apresentadas questões essenciais nas discussões sobre essa temática e de suma importância para o desenvolvimento dos educandos como alunos, pessoas e cidadãos. Neste abordamos a alfabetização e seu processo histórico, destacando algumas questões peculiares sobre quatro movimentos dessa narrativa; a alfabetização infantil no Brasil em um contexto geral, apresentando alguns programas de alfabetização - Brasil Alfabetizado, o Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa e o Se Liga - para assim tratar sobre a alfabetização no contexto escolar.

Palavras-chave: Educação infantil. Alfabetização. Escola

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	09
2.ALFABETIZAÇÃO E SUA HISTÓRIA.....	11
3.ALFABETIZAÇÃO INFANTIL NO BRASIL.....	17
4.PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO.....	21
4.1 BRASIL ALFABETIZADO.....	21
4.2 O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA.....	23
4.3 SE LIGA.....	24
5.A ALFABETIZAÇÃO E A ESCOLA	26
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
REFERÊNCIASBIBLIOGRÁFICAS.....	37

1 -INTRODUÇÃO

A presente monografia tem como tema o Processo de Alfabetização na Educação Infantil. Acreditamos que a análise dessa temática apresenta-se como peça fundamental para a construção de uma identidade didático-pedagógica na Educação Infantil.

A importância desse estudo está em destacar quais perspectivas os sujeitos da Educação Infantil, em especial aqueles que estão alfabetizando, atribuem à essa modalidade a partir dos processos de alfabetização que promovem ou estão inseridos. Investigação como esta, oportuniza pensarmos sobre essa modalidade e as possibilidades de leitura crítica e analítica do aluno, sempre pensando no desenvolvimento permanente do mesmo, no seu processo de humanização e desenvolvimento.

A motivação em pesquisar a temática, se deu pelo fato da pesquisadora exercer a docência há mais de trinta anos e nos últimos vinte conviver com algumas dificuldades durante o processo de alfabetização dos alunos, visto, pois, que a questão da alfabetização na pré-escola é rodeada por dúvidas, improbabilidades que nem mesmo os professores que atuam neste nível conseguem encontrar respostas e direcionar os rumos do processo educativo das crianças que a frequentam.

É certo que a pré-escola é um momento riquíssimo no processo educativo das crianças, mas só se torna significativo a partir do momento que todos os envolvidos no sistema educacional tenham conhecimento de sua importância e que haja a definição de suas ações, ou seja, efetivar práticas educativas que promovam o pleno desenvolvimento das crianças.

Como objetivos a serem alcançados durante a nossa pesquisa, definimos analisar o processo de alfabetização na educação infantil; discutir sobre o que vem a ser alfabetização;

identificar as dificuldades no processo ensino aprendizagem na educação infantil e explicar a importância da alfabetização infantil para o desenvolvimento intelectual e humano.

Para alcançarmos os objetivos elencados, fizemos uso de referências bibliográficas, para melhor compreensão do tema em estudo, considerando que os materiais científicos fornecem informações para um embasamento teórico, beneficiando a aquisição de conhecimentos mais abrangentes e possibilitando, também acesso a um maior número possível de informações sobre o tema abordado. Assim, nossa metodologia de pesquisa está alicerçada em uma revisão bibliográfica da temática em questão.

O trabalho está sistematizado em quatro capítulos: no primeiro capítulo, abordamos a alfabetização e sua história, destacando algumas questões peculiares sobre quatro movimentos dessa narrativa; no segundo capítulo abordamos a alfabetização infantil no Brasil; no terceiro capítulo apresentamos alguns programas de alfabetização, discutindo sobre Brasil Alfabetizado, o Pacto Nacional pela educação na idade certa e o Se Liga. E por fim, no quarto capítulo nos detivemos a tratar sobre a alfabetização e a escola.

2-ALFABETIZAÇÃO E SUA HISTÓRIA

Este capítulo versará sobre alfabetização e sua história, onde ressaltaremos questões peculiares sobre quatro movimentos dessa narrativa, abordando as teorias de pensadores como Maria do Rosário Longo Mortatti, Carlos Monarcha e outros pesquisadores dessa temática.

No decorrer dos tempos, a Educação no Brasil passou por mudanças em sua estrutura educacional tais mudanças implicam categoricamente o modo de pensar o processo de aprendizagem. E na história da alfabetização isso não se fez diferente.

A história da alfabetização no Brasil teve seu ponto inicial desde o século XVI. Os Portugueses praticamente abriram mão da alfabetização no Brasil no início da colonização, a ideia principal era formar sacerdotes brancos para catequizar os índios. Naquele momento, apenas 0,1% da população estava nos colégios. Ao longo dos séculos, a pedagogia da alfabetização passou por reformas importantes: Surgiu o ensino público, a profissionalização do professor, a entrada das mulheres na escola e novos métodos e ideologias. O número de alunos na escola cresceu e o analfabetismo diminuiu.

Em nosso país, a história da alfabetização tem sua face mais visível na história dos métodos de alfabetização, em torno dos quais, especialmente desde o final do século XIX, vêm-se gerando tensas disputas relacionadas com "antigas" e "novas" explicações para um mesmo problema: a dificuldade de nossas crianças em aprender a ler e a escrever, especialmente na escola pública. Porém, vale salientar que a escolarização de crianças, ou alfabetização, passou a ser denominado, entre nós, a partir do início do século XX.

Historicamente a alfabetização é o processo de ensinar a ler e escrever. Embora nem sempre se use o sistema de notação alfabético-ortográfico, por exemplo, alfabeto fonético, um sistema convencional de caracteres gráficos elaborado pelos linguistas para a transcrição exata dos textos falados ou escritos, assim o alfabeto fonético é uma busca por representar

graficamente os sons da voz daquele lugar ou daquele grupo de pessoas o mais fielmente possível.

No Brasil, após a proclamação da república, os discursos passaram a ideia de escola como um espaço necessário e essencial para todos. Saber ler e escrever tornou instrumento excepcional de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social. Para tanto, a leitura e a escrita que se encontravam para poucas pessoas, tornaram-se fundamentos da escola obrigatória, leiga, gratuita e objeto de ensino e aprendizado escolarizados. Caracterizando-se como tecnicamente ensináveis, as práticas de leitura e escrita passaram, assim, a ser submetidas a ensino organizado, sistemático e intencional, demandando, para isso, a preparação de profissionais especializados. A esse respeito Mortatti, nos afirma que:

Especialmente desde as últimas duas décadas do século XX, as vidências que sustentam originariamente essa associação entre escola e alfabetização vêm sendo questionadas, em decorrência das dificuldades de se concretizarem as promessas e os efeitos pretendidos com a ação da escola sobre o cidadão (2006, p.3).

O primeiro momento da história da alfabetização escolar no nosso país foi em 1876-1889. Neste início da alfabetização, por volta de 1875, o material que se dispunha era muito precário, porém se iniciava o ensino da leitura com as famosas chamadas Cartas de ABC, produzida naquela época por educadores fluminenses e paulistas a partir de sua experiência didática, baseando-se nos métodos de marcha sintética, ou seja, de soletração, fônico e de silabação. Para o ensino da leitura, utilizavam-se, métodos de marcha sintética da "parte" para o "todo", da soletração (alfabético), partindo do nome das letras; fônico partindo dos sons correspondentes às letras; e da silabação, emissão de sons, partindo das sílabas. A partir deste momento é que se inicia o marco inicial da história das cartilhas e dos métodos.

Neste momento, o positivismo científico, ganha espaço de forma categórica, com as formulações de alguns positivistas para a escola, o ensino e a educação. Dentre estes podemos destacar: Herbert Spencer (1820-1903), pelo princípio da formação científica na educação e Émile Durkheim (1858-1917), considerado um dos pais da sociologia moderna, ou o fundador da escola francesa de sociologia. Ambos contribuíram para o crescimento da pedagogia-positivista argumentando que a educação é imagem e reflexo da sociedade, a qual deve ser compreendida como um organismo no qual cada órgão apresenta características específicas, sendo natural alguns serem mais privilegiados que outros. O homem nasce egoísta, é a sociedade que o educa para a solidariedade.

Em outra direção Hilário Ribeiro - educador e escritor brasileiro (1847-1886) -, contribuiu com a história da alfabetização no Brasil, nos proporcionando a “Cartilha Nacional”, defendendo o ensino das ideias nacionalistas. O objetivo desta cartilha era ensinar, simultaneamente, a ler e escrever. Levava em consideração que a arte da leitura é a análise da fala, daí a importância de que os alunos levarem a conhecer os valores fônicos das letras e pronunciar corretamente.

No segundo momento, os métodos intuitivos e analíticos são oficializados. (AUTOR, ano, pág.). Disputas ocorridas nesse segundo momento fundam uma nova tradição: o ensino da leitura passa a envolver enfaticamente questões didáticas, ou seja, o como ensinar, a partir da definição das habilidades visuais, auditivas e motoras da criança a quem ensinar. O ensino da leitura e escrita é tratado, então, como uma questão de ordem didática subordinada às questões de ordem psicológica da criança.

No entanto, no terceiro momento ocorre a disputa mista x analíticos que vai de 1930 a 1970, em decorrência da “autonomia didática” proposta pela "Reforma Sampaio Dória" e de novas urgências políticas e sociais, a partir de meados da década de 1920 aumentaram as resistências dos professores quanto à utilização do método analítico e começaram a se buscar

novas propostas de solução para os problemas do ensino e aprendizagem iniciais da leitura e da escrita.

O educador Lourenço Filho (1897-1970) em sua obra nos revela diversas facetas do intelectual educador, extremamente ativo e preocupado com a escola em seu contexto social e nas atividades de sala de aula. Organizou a “Biblioteca de Educação”, da Companhia Melhoramentos, de São Paulo, em 1927. A biblioteca tinha como objetivo divulgar as ideias que fundamentaram o movimento escolanovista e também harmonizar os estudos dos fins das obras educativas com os meios de educar, em prol de promover renovação pedagógica em uma civilização em mudança, ou seja, o objetivo proclamado era a “educação renovada”. Assim, segundo Monarcha,

Concretiza-se, por um lado, a ideia de pesquisa social articulada à de pedagogia experimental, produzida na intersecção dos conhecimentos oriundos da sociologia funcionalista e da psicologia fundamentada na biologia; e, por outro lado, a propaganda das metodologias de ensino apresentadas como não-convencionais. (1997, p.38).

No que diz respeito à Educação, esta, deveria ser integral, oferecer mais que a instrução, pois cabe a ela, integrar os indivíduos, assim, o caráter educativo pleno da escola estaria no oferecimento de condições e oportunidades para que os alunos organizassem a sua conduta para a saúde, a família, o trabalho, a pátria, a recreação e a religião.

Adesmetodização a partir de 1980, considerada o quarto momento, surge a partir do início da década de 1980, em decorrência de novas urgências políticas e sociais que se fizeram acompanhar de propostas de mudança na educação, a fim de se enfrentar, particularmente, o fracasso da escola na alfabetização de crianças. Como correlato teórico-metodológico que buscava de soluções para esse problema, introduziu-se no Brasil o pensamento construtivista sobre alfabetização, resultante das pesquisas sobre a psicogênese da língua escrita desenvolvidas pelas pesquisadoras Emilia Ferreiro e Ana Teberosky.

A pesquisa feita pelas duas pesquisadoras tirou a alfabetização do âmbito exclusivo da pedagogia e a levou para a psicologia. Elas nos mostram que a aquisição das habilidades de leitura e escrita dependem muito menos dos métodos utilizados do que da relação que a criança tem desde pequena com a cultura escrita, com a vivência dos usos da cultura escrita, ou seja, televisão, rádio, marketing, embalagens, cartas, bilhetes, jogos, recursos tecnológicos da informática, todos eles estavam proporcionando novos aprendizados para quem iniciava a escolarização. Foram os resultados dessas pesquisas que colaboravam para contar que a criança não começava a aprender apenas quando ingressa na escola, que o contato com a linguagem escrita iniciava no âmbito social. Acreditava que a aprendizagem superaria a interação mecânica, a criança elaborava hipóteses para compreender a escrita, e isso acontecia através da experimentação do ler e escrever. Nessas experimentações as crianças desenvolviam escritas espontâneas, não podendo ser considerado como “erros” e, através do levantamento de hipóteses, a criança fazia construções progressivas, ampliando seu conhecimento sobre a escrita.

Essa teoria lançou aos professores o desafio de planejar e desenvolver a partir de uma nova compreensão sobre o processo de leitura e escrita, que defendia uma alfabetização contextualizada e significativa através da adaptação didática das práticas de leitura e escrita para sala de aula, já que acreditava ser possível realizar a descoberta do princípio alfabético, quando as crianças são expostas a situações-problema em que são desafiados a criar hipóteses no sentido de refletir sobre a escrita sem ensino explícito sobre o sistema. É importante destacar que se valorizava o diagnóstico prévio do aluno considerando seus erros, como parte do processo de construção do conhecimento. Os defensores dessa proposta acreditavam que era através da imersão da criança nas práticas sociais de leitura e escrita que a alfabetização ocorria, não sendo necessário o ensino das correspondências fonema-grafema, ou da

consciência fonológica, pois isso são consequências da evolução conceitual da criança em processo de aprendizagem.

Outra disputa a partir de meados dos anos 90 começa a surgir a partir do momento em que os estudos construtivistas são contrapostos pelos estudos do letramento e do interacionismo na perspectiva histórico-cultural. Sobre o construtivismo, Mortatti nos afirma,

Deslocando o eixo das discussões dos métodos de ensino para o processo de aprendizagem da criança (sujeito cognoscente), o construtivismo se apresenta não como um método novo, mas como uma “revolução conceitual”, demandando, dentre outros aspectos, abandonarem-se as teorias e práticas tradicionais, desmetodizar-se o processo de alfabetização e se questionar a necessidade das cartilhas. (MORTATTI, 2006, p.10).

A partir do momento em que o conceito de construtivismo começou a ser estudado e discutido, ser apropriado e ser revisto em pesquisas científicas, documentos que orientam o ensino, assim como na formação inicial e continuada de professores e na escola, passaram a provocar efeitos nas instituições de ensino. Assim, em meio a essas mudanças temporais que ocorrem em meio ao cenário educacional, faz-se necessário rever as práticas pedagógicas que hoje perpassam pela escola.

3 -ALFABETIZAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

O presente capítulo tratará especificamente sobre a alfabetização no Brasil. A Constituição de 1988 garante as crianças na faixa etária que compreende de zero a seis anos o direito a educação em creches e pré-escolas. Com isso se fez necessário à implantação de Educação Infantil em larga escala, sendo oferecida por instituições públicas e particulares. O acesso a educação infantil é um direito de todas as crianças de 0 à 6 anos, sendo fundamental que estes espaços estejam comprometidos com suas crianças.

Ainda a esse respeito a LDB, Lei 9394/1996 diz:

Art. 29: A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em:

I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade;
II – pré-escolas, para crianças de quatro a seis anos de idade.

Art. 31. Na educação infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental.

Contudo, podemos afirmar que a questão da alfabetização na pré-escola é rodeada por dúvidas, incertezas que nem mesmo os educadores que atuam neste nível conseguem encontrar respostas e direcionar os rumos do processo educativo das crianças que a frequentam. Partindo desse pressuposto, é preciso que os docentes estejam sempre dispostos a refletir sobre suas práticas pedagógicas enquanto profissionais na Educação Infantil, procurando sempre atender as reais necessidades dos seus alunos, e a apropriação de novos conhecimentos para que sua prática pedagógica seja atualizada e desafiadora. A esse respeito Jara afirma que: “Cada novo conhecimento se produz em unidade e luta com o conhecimento

anterior. Para aceitar e compreender um novo conhecimento temos que negar (no todo ou em parte) o conhecimento anterior e superá-lo” (1986, p.18).

Vem sendo cada vez mais frequente na Educação Infantil, discussões em relação à situação da educação pré-escolar, buscando com isso a construção de sua própria identidade. Segundo Tfouni (1995), a alfabetização refere-se à aquisição da escrita enquanto aprendizagem de habilidades para leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem. Isso é levado a efeito, em geral, por meio do processo de escolarização e, portanto, da instrução formal.

Com as inflexíveis mudanças sociais e a geração de novos conhecimentos, surge na educação uma nova palavra: “letramento”. Esse termo vem com objetivo de expandir o ato de alfabetizar, de inserir no ato educativo um sentido social de aprender a ler e a escrever. Diante dessa expansão, o processo de alfabetizar está além de ensinar habilidades de codificação e decodificação do sistema alfabético, abrange o domínio dos conhecimentos que permitem o uso dessas habilidades nas práticas sociais.

Muitas vezes as propostas educacionais designadas as crianças que frequentam as pré-escolas não consideram estas como capazes de produzir seus saberes, desprezam seus conhecimentos prévios, impondo métodos e técnicas de ensino, acreditando que as mesmas só aprendem mediante a intervenção de um adulto.

É importante observar que o atendimento educacional dispensado às crianças, deve revelar o comprometimento das ações educativas, sem indefinições referentes a uma concepção segura de educação pré-escolar para assegurar as crianças o seu direito de formação e desenvolvimento. Segundo Angotti:

Nos falta assumir em teoria e na prática a construção de concepções claras, de um ideário que expresse a essência pedagógica, formativa, singular para o momento de vida no qual se encontram as crianças de faixa etária anterior aos sete anos. (1992, p. 53-54).

Nesse sentido, a pré-escola não pode ser apenas uma ocupação de tempo e espaço, tem que ter sentido para a vida da criança que deve ser considerada como ponto de partida, cabe ao educador o papel de desafiador permitindo as crianças descobertas, construções de seus conhecimentos, assegurando sempre o prazer em aprender e o prazer em ensinar.

O educador deve entender seu aluno como sujeito histórico, sendo fundamental acreditar em sua capacidade de interferir e provocar mudanças na sua própria história e de outros para poder conseguir uma alfabetização de qualidade para com seus alunos. É preciso respeitar o contexto de vida em que as crianças estão inseridas, para isso é de suma importância que os educadores tenham consciência de que nas salas de aulas as crianças se diferenciam tendo características próprias e que isso influencia no processo ensino-aprendizagem. Para Kramer,

Nossa meta básica é implementar uma pré-escola de qualidade, que reconheça e valorize as diferenças existentes entre as crianças e, dessa forma, beneficie a todas no que diz respeito ao seu desenvolvimento e a construção de seus conhecimentos (1989, p. 37).

É de suma importância atendermos que o processo educacional na pré-escola caracteriza-se também pela necessidade de se implantar o trabalho pedagógico baseado nas diversidades culturais, sociais, étnicas, econômicas existentes em todas as salas de aula, com o intuito de abordar questões relevantes a vida de cada criança, e romper com a concepção de que todos são iguais e conseqüentemente o ensino, e a apropriação de conhecimentos ocorrem da mesma forma por todas as crianças.

As preocupações no que se refere ao ensino oferecido nas pré-escolas apontam o caráter educacional neste nível da educação, fazendo com que haja cada vez mais estudos, pesquisas no sentido de avançar para se ter um ensino que venha a contemplar com o pleno desenvolvimento das crianças. “Assim, compreende que a aquisição do conhecimento é

fundamental, mas deve ser garantida de forma significativa e prazerosa”. (KRAMER, 1989, p. 35).

É de fundamental importância sermos alfabetizados. A relevância da leitura para a vida no mundo de tecnologia globalizada é incontestável. Na sociedade letrada em que vivemos, o texto escrito é um importante meio de obtenção do conhecimento, oferecendo ao leitor maior autonomia e muitas possibilidades de interpretação. O analfabetismo limita a pessoa em sua comunicação com o mundo e profissionalmente, pois compromete a compreensão do que ocorre a sua volta, dificultando o desenvolvimento da consciência crítica e a aquisição de conhecimentos gerais, inclusive sobre saúde.

O domínio da língua escrita é uma forma de humanização do cidadão e de sua inclusão na era da informação. O direito à educação, garantido pela Constituição, não se refere apenas a uma vaga na escola, mas à justa distribuição de bens culturais e materiais e a um ensino de qualidade, que respeite as diferenças individuais e sociais. Para tanto, ser leitor, e não apenas decifrador, é condição necessária para usufruir e participar da democracia. Não se trata apenas de democratizar a leitura, assegurando a todos o acesso a ela como se fosse um bem como outro qualquer, trata-se de sublinhar que uma democracia somente merece este nome se seus participantes tiveram acesso à cultura e aos conhecimentos. Ora a melhor forma de se ter esse acesso é a leitura. Do contrário, uma minoria de leitores determina a informação a ser proposta ou imposta aos não letrados.

4-PROGRAMAS DE ALFABETIZAÇÃO

Neste capítulo, pretendemos discutir sobre três programas fundamentais para nossa temática: o Programa Brasil Alfabetizado; o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e o Se Liga.

4.1 BRASIL ALFABETIZADO

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA), é realizado pelo MEC desde 2003, sendo um programa voltado para a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O referido programa é uma porta de acesso à cidadania e o despertar do interesse pela elevação da escolaridade.

Seu objetivo é promover a superação do analfabetismo entre jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos contribuindo para a universalização do ensino fundamental no Brasil. Sua concepção reconhece a educação como direito humano e a oferta pública da alfabetização como porta de entrada para a educação e a escolarização das pessoas ao longo de toda a vida. Para Souza, esses discentes são:

Jovens e Adultos que a cada dia buscam o melhor e nos mostram, através de suas ações, que são cidadãos e alunos que nunca desistem de aprender e de buscar os objetivos almejados. Que esses cidadãos brasileiros, que não puderam ter acesso à educação na idade adequada, possam, hoje, exercer os seus direitos e participarem ativamente das decisões do nosso país (2010, p.21/22).

O Brasil Alfabetizado é desenvolvido em todo o território nacional, com o atendimento prioritário a 1.928 municípios que apresentam taxa de analfabetismo igual ou superior a 25%. Desse total, 91% localiza-se na região Nordeste. Esses municípios recebem

apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizados.

Quando falamos em Educação de Jovens e Adultos, onde incluímos o Programa Brasil Alfabetizado, lembramos que essa é uma educação voltada para homens e mulheres que já chegam à escola trazendo consigo grandes e ricas experiências do seu cotidiano. Em momento algum os seus diversos saberes devem ser desprezados, pois fazem parte de suas identidades e histórias de vida.

Ao recordarmos a história do nosso país, lembramos, por exemplo, que as pessoas não alfabetizadas eram categoricamente proibidas de exercer o direito de votar por não pertencerem ao mundo das letras, sendo vistos como pessoas que não tinham capacidade de exercer a sua cidadania, que é direito de todos os cidadãos. E por consequência não participavam das decisões essenciais para a construção da história de seu próprio país – o Brasil. Dessa maneira, podemos perceber que no Brasil os sistemas de ensino têm, em sua maioria, proporcionado maiores oportunidades educacionais. E o Programa Brasil Alfabetizado é um exemplo dessas oportunidades, pois:

A sociedade moderna, com a civilização urbana construída ao longo de décadas de sua formação, passou a exigir a escolarização de todos os cidadãos. Mais que isso, todo cidadão, para usufruir medianamente dos bens construídos por esta sociedade, necessita da escolarização (LUCKESI, 2008, p.60-61).

Assim, essas pessoas que durante a idade adequada foram de alguma forma impedidos de ter acesso aos saberes formais, oferecidos pela escola, passam a ter o seu direito à educação assistido.

Hoje, um dos grandes desafios que o professor do PBA tem é fazer uma ligação entre os saberes escolares e as vivências dos educandos. Essa ponte permite que novas

aprendizagens frutifiquem e que o sujeito conhecedor renove-se com um novo modo de atribuir sentido para seus conhecimentos e práticas cotidianas no trabalho e no domicílio.

Alunos e alunas do Programa Brasil Alfabetizado apresentam ritmos e níveis de aprendizagem peculiares, bem como valores, experiências e crenças que foram sendo organizadas ao longo de sua vida. Contudo, todas essas particularidades devem, sem dúvidas, serem respeitadas com o objetivo de garantir uma melhor qualidade diante de todo o desenvolvimento de ensino e aprendizagem, isso dá possibilidades a esses alunos permanecerem durante um maior tempo na escola.

4.2 O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa é um programa do MEC, que se configura como um compromisso assumido entre o governo federal, estadual e municipal que pretende alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, instituído pela portaria nº 867 de 4 de julho de 2012.

A formação no Pacto pela Alfabetização na Idade Certa tem como principal objetivo refletir, estruturar e melhorar a ação docente, no cotidiano da sala de aula, no primeiro ciclo da alfabetização, sob a perspectiva do letramento. Através do uso e da divulgação dos recursos didáticos e literários do MEC, os cursos voltados para os professores alfabetizadores pretendem refletir, também, sobre o currículo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, definir os direitos de aprendizagem e desenvolvimento nas áreas da leitura, escrita e matemática, e promover instrumentos eficazes de avaliação, considerando a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais.

Pretende-se com esse Pacto Nacional beneficiar aproximadamente oito milhões de alunos, nos três primeiros anos do Ensino Fundamental, distribuídos em 400 mil turmas de 108 mil escolas da rede pública no Brasil. Até o momento, 5.271 municípios das 27 unidades federativas do país fazem parte desse compromisso.

Para além da função de transmitir a docentes alfabetizadores métodos e estratégias que objetivem o domínio do código linguístico por parte de seus alunos, os cursos de formação consolidam a relevância de uma formação continuada para um fazer pedagógico eficaz e de qualidade. A partir da concepção de que um indivíduo alfabetizado não é aquele apenas capaz de ler e escrever, mas cuja leitura e escrita sejam realizadas com êxito em diferentes situações sociais, o Pacto pretende contribuir na formação de pessoas capazes de se inserir e de participar ativamente do mundo, frente às diversas realidades e demandas socioculturais.

Vale ressaltar que aos oito anos de idade, as crianças precisam ter a compreensão do funcionamento do sistema de escrita; o domínio das correspondências grafofônicas, mesmo que dominem poucas convenções ortográficas irregulares e poucas regularidades que exijam conhecimentos morfológicos mais complexos; a fluência de leitura e o domínio de estratégias de compreensão e de produção de textos escritos.

4.3SE LIGA

O Se Liga é um dos programas do Instituto Ayrton Senna, programa esse que são soluções educacionais para ajudar a combater os principais problemas da educação pública do nosso País. O mesmo contempla três grandes áreas: educação formal, educação complementar e educação e tecnologia.

Na educação formal temos cinco programas: Acelera Brasil, Se liga, Circuito Campeão, Gestão nota 10 e Fórmula da Vitória; Educação complementar: SuperAção Jovem,

Educação pela Arte e Educação pelo Esporte e Educação e tecnologia: Escola Conectada. Esses programas são implementados em grande escala com estratégias e metas pré-definidas, os programas recebem acompanhamento e avaliações sistemáticas para alcançar um único objetivo: o sucesso do aluno na escola, oferecendo subsídios para que a criança e o jovem possam desenvolver seus potenciais. Por isso, trabalham as competências pessoais, cognitivas, relacionais e produtivas.

Programa criado em 1999, o se liga é emergencial e ajuda a corrigir o fluxo escolar do Ensino Fundamental porque combate o analfabetismo nas primeiras séries, além de contribuir para a diminuição da evasão escolar, tendo como objetivo em um ano, alfabetizar crianças que repetem, porque não sabem ler nem escrever, para que possam frequentar o Acelera Brasil e, depois, retornar à rede regular.

Os alunos que repetem um ou mais anos são avaliados para checar seu nível de leitura e escrita. Caso não alcancem o desempenho desejado, entram no Se Liga. Em salas de, no máximo, 25 alunos, um professor da rede de ensino, devidamente capacitado, aplica a metodologia do Programa que, além da ênfase dada à leitura, oferece às crianças materiais específicos que facilitam e qualificam o aprendizado.

5-ALFABETIZAÇÃO E A ESCOLA

Neste capítulo, discutiremos a alfabetização e a escola, no sentido amplo da palavra, pois, segundo Kramer e Abramovay (1985) a alfabetização não é um momento que se inicia de repente, mas é um processo que vai se construindo. Processo que, ao contrário do que hegemonicamente se acredita, não se inicia apenas na escola. Para Perez:

A alfabetização é um processo que, ainda que se inicie formalmente na escola, começa, de fato, antes de a criança chegar à escola, através das diversas leituras que vai fazendo do mundo que a cerca, desde o momento em que nasce e, apesar de se consolidar nas quatro primeiras séries, continua pela vida a fora. Este processo continua apesar da escola, fora da escola, paralelamente à escola. A criança vai construindo conhecimentos sobre o mundo em que vive. Nesse processo de construção está inserida a escrita, como um objeto cultural socialmente construído. (1992, p. 66)

A criança aprende a ler e a escrever da mesma forma que aprende a falar, dependendo da influência e motivação do meio ambiente. A prontidão para a alfabetização vai se desenvolvendo desde o nascimento.

A alfabetização é como começar a andar: quando vemos um grupo de crianças andando, você não sabe quem andou primeiro. Ler é o mesmo: uns começaram em abril, outros em outubro, outros em novembro. Mas quando todos leem você não sabe quem leu primeiro.

Sabemos que a aprendizagem é diferente para cada criança e o tempo para aquisição da leitura e da escrita não é o mesmo para todos, mas recorrentemente a angústia e/ou ansiedade dos pais se traduz na seguinte pergunta: quando o meu filho vai ler? Às vezes, a pergunta transforma-se em um pedido de socorro: quero que me ajude, pois meu filho não lê e conheço alunos da sala dele que já estão lendo há dois meses! Preocupações compreensíveis e muito comuns.

É importante compreendermos que existem cinco níveis de alfabetização e a criança está em constante evolução. Quando introduzido no mundo das letras, o aluno não estabelece vínculo entre fala e escrita. Ele usa números e letras na mesma palavra e/ou a representa através de desenhos. Posteriormente, a criança percebe que existe alguma relação entre pronúncia e a escrita, desvinculando a escrita das imagens e os números das letras. Supõe que a escrita representa a fala e, aos poucos, começa a combinar vogais e consoantes na mesma palavra, tornando a leitura sociável.

Sabemos que o segredo da alfabetização é a leitura, e escrever é decorrência desse conhecimento. Não se pode escrever para depois ler; é o inverso, primeiro o aluno se familiariza com os vários tipos de texto, lê, e depois escreve. Neste sentido é necessário repensar que um novo método não resolve os problemas da alfabetização. É preciso analisar as práticas de introdução da língua escrita, tratando de ver os pressupostos subjacentes a elas, e até que ponto funciona como filtros de transformação seletiva e deformante de qualquer proposta inovadora. Procurar sempre uma forma de oferecer à criança a base de sustentação da alfabetização: a leitura, para que haja uma alfabetização concreta e significativa para o aluno.

Consciente de seu papel no processo de alfabetizar, o educador pode realizar um trabalho de ação pedagógica com enfoque no desenvolvimento e construção da linguagem. Ao deixar de lado uma metodologia imposta por uma cartilha e partindo da leitura de mundo das crianças, o educador passa a medir e participar no processo espontâneo de conceituação da língua escrita.

O processo de ensino/aprendizagem da alfabetização deve ser organizado de modo que a leitura e a escrita sejam desenvolvidas numa linguagem real, natural, significativa e vivenciada. A assimilação do código linguístico não será uma atividade de mãos e dedos, mas sim uma atividade de pensamento, uma forma complexa de construção de relações.

Na verdade o ser humano deve interagir ao mesmo tempo com o mundo real em que vive e com as formas de organização desse real dadas pela cultura. Essas formas apresentadas culturalmente serão, ao longo do processo de desenvolvimento, internalizadas pelo indivíduo e se constituirão no material simbólico que fará o intermédio entre o sujeito e o objeto de conhecimento.

É certo que é possível aprender a ler e escrever com as tradicionais cartilhas que usam o método da silabação; no entanto, atualmente percebe-se que tal procedimento leva à mera codificação (representação escrita de fonemas e grafemas) e decodificação (representação oral de grafemas em fonemas), reduzindo a alfabetização a uma esfera mecânica.

Sabe-se que a alfabetização não é um processo baseado em perceber e memorizar e, para aprender a ler e escrever, o aluno precisa construir um conhecimento de natureza conceitual: ele precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem.

A prática pedagógica de alfabetização com textos não é algo familiar à grande parte dos formadores e dos alfabetizadores. A isso, soma-se o fato de que quanto mais novas e/ou diferentes são as propostas sugeridas a quaisquer profissionais, maior a possibilidade de haver distorção no entendimento de como podem ser implantadas, o que exige muita discussão, tanto prévia como posterior, sobre os procedimentos utilizados.

Sobre esta assertiva, Maria Amélia Azevedo (2009, p. 43) comenta que:

A prática pedagógica de alfabetização baseada na abordagem construtivista-interacionalista permite transformar a tarefa de aprendizagem em um desafio intelectual sempre significativo e emocionante, e o clima da sala de aula em um espaço de encontro de competências diversas sobre a língua escrita, cujo objetivo final é o de fazer com que todas as crianças construam uma teoria adequada sobre a relação fonema-grafema na língua portuguesa, isto é, fazer com que todas cheguem ao domínio da hipótese alfabética.

A alfabetização é um processo, de construção de hipóteses sobre o funcionamento e as regras de geração do sistema alfabético de escrita, é um conteúdo extremamente complexo que demanda procedimentos de análise também complexos por parte de quem aprende. E para facilitar esse processo é preciso propiciar condições para que o indivíduo tenha acesso ao mundo da escrita, tornando-se capaz não só de ler e escrever, mas, sobretudo fazer uso real e adequado da escrita com todas as funções que ela tem em nossa sociedade.

Evidentemente que a criança que vive num lugar estimulador vai construindo prazerosamente seu conhecimento do mundo. Quando a escrita faz parte de seu universo cultural também constrói conhecimento sobre a escrita e a leitura. Ler é conhecer. Quando mais tarde ela aprender a ler a palavra, já enriquecida por tantas leituras anteriores, apropriar-se á de mais um instrumento de conhecimento do mundo.

Um dos elementos imprescindíveis à alfabetização é o processo de compreensão do funcionamento do sistema de escrita, ou seja, para se apropriar dessa linguagem é preciso pensar sobre ela e compreendê-la.

Contudo a necessidade de ler e escrever não aparece da mesma forma para todas as crianças, já que elas vivem em meios diferentes que lhes proporcionam experiências diversas. Por exemplo, podemos afirmar que a criança de classe média e da zona urbana, é favorecida por estar em contato com o código escrito muito antes de ir à escola, através de letreiros de propagandas, cartazes, TV, acesso a livros, revistas, entre outros.

A função de uma escola eficaz é garantir que os alunos aprendam a ler e escrever – para terem acesso à informação e ao conhecimento – e que o façam no momento certo e com facilidade e prazer.

Segundo Sonia Kramer, ainda é função da escola:

Propiciar ao aluno o desenvolvimento da consciência crítica, de uma competência para analisar e compreender o mundo, a história, a cultura e o processo de trabalho. Para atingir tais objetivos é preciso perceber o ato

pedagógico como indissociável. A polemização *forma x conteúdo* – e a pretensa priorização de um desses dois polos – acaba por restringir a função do professor à mera transmissão de conteúdos ou à organização de procedimentos metodológicos. (2010, p.87)

Dessa maneira:

O papel da escola é o de ser o ambiente adequado para que o professor possa exercer da melhor forma possível o seu papel. [...] O papel do professor é elevar os alunos do nível não elaborado, do nível do conhecimento científico, filosófico, capaz de compreender o mundo nas suas múltiplas relações e, portanto, para uma visão concreta, articulada (SAVIANI, 2010, p.145).

A alfabetização plena não se limita a ensinar a soletrar e a assinar; remete ao conceito de leitura como ato individual, experiência singular, interação autor – texto – leitor; leitura e escrita como formas de integração do homem à cidade, permitindo-lhe ser cidadão, consciente de seu compromisso com a coletividade e com a defesa de direitos e deveres para todos. É esse o conceito de alfabetização que deve ser acessível a todos.

Diante disso, fica claro a importância do caráter educativo no trabalho docente, com a valorização das experiências infantis, da criatividade, da imaginação, da espontaneidade, explicitando com isso o desejo de compartilhar aprendizagens que com certeza resultaram no enriquecimento de todos os envolvidos.

Alfabetização hoje trata-se em primeiro lugar de um bom livro não para nos tranquilizar, mais sim para suscitar bons hábitos e debates para alimentar o saudável hábito da discussão inteligente crítica comprometida. Em segundo lugar trata-se de um livro voltado para aspectos bastante atuais do mundo da alfabetização escolar.

Ensinar a ler e escrever exige um estudo constante para conhecer como as crianças aprendem as práticas de linguagem e as atividades fundamentais em classe. Atualmente, dezenas de pesquisas científicas apontam que é essencial mergulhar no funcionamento do

sistema de escrita alfabética em meio as práticas sociais de linguagem em que ele se expressa. Em outras palavras, conhecer os diferentes tipos de textos, suas funções comunicativas e as formas como eles devem ser produzido é fundamental para que os alunos saibam como interpretá-los e concebê-los.

Alguns alfabetizadores encontram o equilíbrio em dois polos: levam a turma a compreender a natureza do sistema de escrita e, ao mesmo tempo a entrar em contato com as características da linguagem que escreve. Também promovem atividades diagnósticas para avaliar o que as crianças sabem o caminho que cada uma precisa percorrer para se alfabetizar e ainda organizam a rotina em três modalidades: atividades permanentes, sequências e projetos didáticos.

Durante muito tempo, nós educadores acreditamos nas possibilidades de por intermédio da escola modificar a sociedade. O tão falado otimismo pedagógico carregava uma espécie de mudança, fosse ela conseguida por meio de métodos inovadores de estratégias tecnicistas ou modelos eficientes de trabalho.

A partir de um enfoque mais crítico e do fracasso das propostas educacionais implementadas pelo Estado, passamos a encarar a escola como instrumento de reprodução e manutenção das desigualdades sociais, afundando na nossa desesperança de que por meio da educação nada poderia ser transformado, mas apenas conservado.

No entanto, numa percepção atual mais viva da sociedade e da história, numa perspectiva mais consciente do movimento dinâmico e dialético da realidade social, procuramos nos orientar por um realismo pedagógico que, resgatando o papel da escola e da educação, leva em consideração seus limites e portanto, suas possíveis contribuições a uma sociedade que se pretende mudar.

Entendemos que alfabetizar-se é conhecer o mundo comunicando-se e expressando-se. Isso significa que uma criança começa a ler quando descobre que o mundo é feito de coisas

que pode pegar, cheirar, apertar, morder etc., e que pode ser imitado, dramatizado, expresso na música, na dança, no desenho, na fotografia, na colagem, na montagem, na palavra falada, na palavra escrita.

Alfabetizar não se restringe a decodificação e a aplicação de rituais repetitivos de escrita, leitura e cálculo. A criança não compreende as situações que a rodeiam, não identifica os objetos e se expressa de várias formas de falar. Similarmente, diversas tentativas de produção de escrita e diversificadas experiências de ler antecedem a leitura/escrita da criança.

A alfabetização é um processo que começa a ser construído fora e antes da entrada da criança na escola. Muitos pesquisadores vem buscando compreender como se dá essa construção; poucos mais significativos, pedagogos vem criando alternativas teórico-práticos de alfabetização como processo cultural, refiro-me aqui especialmente a Freinet e Paulo Freire. No que diz respeito ao conhecimento Piaget entende que:

O conhecimento se constrói por etapas. Para ele o sujeito é um sujeito do conhecimento – Como também para Emilia Ferreiro -, um sujeito epistêmico. Assim a partir das suas histórias, daquilo que traz e das informações do meio, a criança vai construindo as suas ações sobre o mundo físico e social... (KRAMER, 2010, p.119/120).

Já para Vygotsky: “o conhecimento é, o conjunto de significados que historicamente a humanidade vai imprimindo na sua produção.” (KRAMER, 2010, p.120). Apesar das novas teorias grande ênfase ainda é dada, na maioria das escolas aos aspectos de natureza psicomotora. Assim é que ainda encontramos na primeira etapa da alfabetização professores que propõem retirada e repetidamente exercícios de discriminação auditiva, visual e de coordenação motora. Por desconhecer a importância do aspecto simbólica da linguagem escrita, os professores valorizam apenas as habilidades percepto motoras, reforçando seu aprimoramento.

Se compreendemos, por outro lado, que a aprendizagem da leitura e da escrita envolve uma dimensão simbólica, expressiva e cultural, ser alfabetizador consiste em favorecer esse processo, proporcionando inicialmente que as crianças realizem atividades sistemáticas, organizados de tal forma que as diferentes formas de representação e expressão infantis sejam ampliados gradativamente, até que eles compreendam o que é leitura e a escrita e faça uso desse objeto cultural para a sua comunicação e sua expressão, como exemplo dessas atividades podemos citar: fazer jogos com os nomes das crianças, propor atividades em que sejam utilizados figuras, desenhos, textos de jornais, revistas, álbuns, livros, cartazes, registrar por escrito acontecimentos relatados pelas crianças, escrever no canto do seu desenho o que dizem e o que fizeram e anotar histórias inventadas por elas.

Assim, podemos perceber que a alfabetização não é um momento estagne que ocorre em um determinado período da vida escolar do educando, ela é um processo que acontece antes, durante e depois da vida escolar.

6-CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente monografia procurou abordar o Processo de Alfabetização na Educação Infantil. Através dessa pesquisa foi possível destacar algumas perspectivas didático-pedagógica da educação infantil, oportunizando-nos refletirmos sobre essa modalidade e as suas possibilidades.

De natureza bibliográfica, esse estudo oportunizou-nos analisar quatro conceitos fundamentais sobre a temática em questão: a alfabetização e sua história, que, no decorrer dos tempos, passou por mudanças em sua estrutura educacional, tais mudanças implicaram categoricamente o modo de pensar o processo de aprendizagem, entendendo que em meio a essas mudanças temporais que ocorrem no meio do cenário educacional, faz-se necessário rever as práticas pedagógicas que hoje perpassam pela escola.

Também discutimos sobre a alfabetização infantil no Brasil, onde enfatizamos que o acesso a educação infantil é um direito de todas as crianças. A Constituição de 1.988 garante as crianças na faixa etária que compreende de zero a seis anos o direito a educação em creches e pré-escolas. Assim sendo, se fez necessário à implantação de Educação Infantil em larga escala, sendo oferecida por instituições públicas e particulares.

Apresentamos alguns programas de alfabetização, entendo que os mesmos tornaram-se necessários e indispensáveis para o processo de ensino- aprendizagem; o Brasil Alfabetizado, modalidade de ensino destinada para jovens com 15 anos ou mais, adultos e idosos, pessoas que não tiveram acesso ou não puderam continuar os estudos na idade própria, tendo se expandido, dando novas oportunidades e possibilidades à população que a integra; o Pacto Nacional pela educação na idade certa, que pretende alfabetizar todas as crianças até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental, pretendendo, estruturar e melhorar a ação docente, no cotidiano da sala de aula, no primeiro ciclo da alfabetização, sob a

perspectiva do letramento, e, o Se Liga, programa emergencial que ajuda a corrigir o fluxo escolar do Ensino Fundamental tentando combater o analfabetismo nas primeiras séries, além de contribuir para a diminuição da evasão escolar. O mesmo tem como alvo em um ano, alfabetizar crianças que repetem, porque não sabem ler nem escrever, para que possam frequentar o Acelera Brasil e, depois, retornar à rede regular.

E ainda, tivemos a ensejo de discorrer sobre a alfabetização e a escola. Momento em que refletimos sobre as contribuições mais intensas acerca do papel da escola durante a alfabetização. A função de uma escola eficaz é garantir que os alunos aprendam a ler e escrever – para terem acesso à informação e ao conhecimento – e que o façam no momento certo e com facilidade e prazer. A alfabetização não é um momento estagne que ocorre em um determinado período da vida escolar do educando, ela é um processo que acontece antes, durante e depois da vida escolar, tendo como principal objetivo o desenvolvimento formativo dos alunos.

Podemos afirmar que a trajetória histórica da educação no Brasil, nos reafirma a presença do processo de alfabetização em nosso país não como algo recente, mas presente na sociedade brasileira desde o período colonial. Nesse sentido, podemos falar na história do processo de alfabetização levando-se em consideração a criação e utilização de métodos, para o alcance de suas metas ideológicas.

Quando falamos em alfabetização, referimo-nos à aprendizagem da língua escrita e falada, ou seja, a uma forma de acessar o mundo pelas letras e números, tendo em vista que as crianças vão explorar e se apropriarem dessas diversas formas de registrar a comunicação para que possam apreender as coisas que acontecem no mundo e viver socialmente. No tocante à escola, aprender tais códigos das letras e números e o sistema da língua para fazer uso, seja formulando novos dizeres ou integrando o conhecimento e suas próprias formulações, isto é

aprender a usar a língua com consciência quando da aprendizagem e do desenvolvimento da leitura e da escrita em sua complexidade.

Dessa forma, acreditamos que este trabalho traz contribuições para o aprofundamento dos estudos sobre o Processo de Alfabetização na Educação Infantil, partindo do pressuposto de que esse processo é de suma importância para o desenvolvimento dos educandos como alunos, pessoas e cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANGOTTI, Maristela. **O trabalho docente na pré-escola: concepções teóricas e a realidade da Escola Pública**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 1992.

AZEVEDO, Maria Amélia; MARQUES, Maria Lucia. **Alfabetização Hoje**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Manual do pacto: **Pacto pela Alfabetização na Idade Certa**: o Brasil do futuro com o começo que ele merece. Brasília, DF, 2012.

JARA, Oscar. **Como conhecer a realidade para transformá-la?** CEPI (Centro de Apoio de Educação Popular do Instituto Sedes Sapiental). Outubro de 1986.

LUCKESI, Cipriano C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MONARCHA, Carlos. **Lourenço Filho**: Outros Aspectos. Mesma obra. Campinas, SP, UNICAMP, 1997.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **História dos métodos de alfabetização no Brasil**. Brasília: Conferência proferida durante o Seminário "Alfabetização e letramento em debate", promovido pelo Departamento de Políticas de Educação Infantil e Ensino Fundamental da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação, 2006.

_____. **Os sentidos da alfabetização**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

PEREZ, Carmen Lúcia Vidal. O prazer de descobrir e conhecer. In: GARCIA, Regina Leite (org.). **Alfabetização dos alunos das classes populares, ainda um desafio**. São Paulo: Cortez, 1992. (Questões da nossa época: v.6).

SAVIANI. Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas, SP: Autores associados, 2010.

SOUZA, Luziana Cristina Ferreira de. **Práticas Avaliativas do Ensino de História na Educação de Jovens e Adultos - 2º. segmento - da escola municipal Senador Ruy Carneiro** – Jacaraú/PB. Mamanguape, 2010. 47f. Monografia.

TFOUNI, Leda Verdiani. **Letramento e Alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995.

KRAMER e ABRAMOVAY, Miriam. **Alfabetização na pré-escola: exigência ou necessidade**. Cad. Pesq., São Paulo (52); 13-17, fev. 1985.

_____, Sonia (coord.). **Com a pré-escola nas mãos. Uma alternativa curricular para a educação infantil**. São Paulo. Ática, 1989.

_____, Sonia. **Alfabetização, leitura e escrita: Formação de professores em curso**. São Paulo: Ática, 2010.

SITES PESQUISADOS:

Disponível em: <<http://www.ffp.uerj.br/arquivos/dedu/monografias/GMS.2.2010.pdf>>
Acesso em: 29 Dez. 2013.

Disponível em: <<http://www.direcionaleducador.com.br/curso-sequencia-didatica-na-educacao-infantil/5-alfabetizacao-na-educacao-infantil>> Acesso em: 03 Jan. 2014.

Disponível em: <<http://www.zigzigzaa.com.br/espaco-da-pedagoga/educacao-infantil-e-alfabetizacao/>> Acesso em: 10 Jan. 2014.

Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/alfabetizacao/>> Acesso em: 27 Fev. 2014.

Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/linguaportuguesa/alfabetizacao-inicial/alfabetizar-educacao-infantil-pode-424823.shtml>> Acesso em: 03 Mar. 2014.

Disponível em: <<http://www.univesp.ensinosuperior.sp.gov.br/5862/3-forum-de-educacao-infantil-e-alfabetizacao>> Acesso em: 30 Mar. 2014.